

Cabral decide restringir mais os poderes do presidente

Janio de Freitas

O ministro contra o tempo

Sob a aparente tranquilidade de que estaria desfrutando no governo, para conduzir o seu plano econômico, o ministro Bresser Pereira está, na verdade, sofrendo o assédio subterrâneo, mas eficaz, que tem atingido todos os que se tornam incômodos à equipe que detém, no Planalto, o poder de inspirar decisões e ativar manobras.

Em dado momento, um novo plano econômico passou a ter importância fundamental para o presidente Sarney, como represamento do desgaste que levava a precipitar-se a definição peemedebista pelo mandato de quatro anos. Dos comentários ácidos que fazia sobre Bresser, em conversas que os interlocutores logo difundiram, Sarney passou a cobrar do ministro o lançamento antecipado do plano, mesmo que incompleto. E, uma vez anunciado o Novo Cruzado, embora o próprio presidente o batizasse de Plano Bresser, como a descomprometer-se desde logo de eventuais insucessos, a utilidade política do ministro e seu trabalho levaram ambos a merecer, de parte do presidente, novo tratamento público.

Novo, mas comedido. Porque, no Planalto, Bresser continuou sendo visto como presença forçada no governo. "Destas vezes eles não vão me enganar", "agora eu estou fiscalizando os números" e outras frases do presidente, no mesmo gênero, dão bem a medida da assimilação de Bresser pela equipe do Planalto, sendo desnecessário recorrer aos planos e números gerados sem cessar na Seplan, em contradição com os da Fazenda, para evidenciar que esta hostilização disfarçada não tem sido de iniciativa do ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento.

Tenha pesado, ou não, o que sua atitude representava para o presidente Sarney, Bresser agravou a animosidade palaciana com suas declarações de que Ulysses Guimarães, como presidente do PMDB, teria precedência (como teve, pelo menos para efeitos públicos) no conhecimento das medidas a serem propostas a Sarney pela Fazenda. Sem depositar verdadeira fé no Plano Bresser, visto mais como paliativo de ocasião, o presidente aproveitou o fato para mais comprometer Ulysses com o Plano Bresser. E há mesmo quem diga que a atitude de Bresser foi sugerida por Sarney. Ainda que assim tenha sido, no Planalto a

atitude e, sobretudo, as declarações de Bresser terminaram pegando mal. Talvez por lhes faltar mais sutileza, para envolver Ulysses sem, com isso, relegar o presidente à segunda categoria de importância.

Sobre este terreno já áspero, Bresser erigiu-se como obstáculo a certos propósitos da equipe sarneysiana. E obstáculo, também aí, pouco sutil, desfechando foguetes devastadores, e de público, contra idéias paciente e jeitosamente azeitadas pela equipe do Planalto. A abertura total do país ao capital estrangeiro, proposta pelo presidente em sua primeira entrevista coletiva, ainda recebeu de Bresser tratamento algo duvidoso. Mas, para ir logo a um exemplo dos petardos, a idéia planaltina das Zonas de Processamento de Exportação, nas quais as empresas estariam isentas de impostos e dispensadas de autorização para quaisquer importações, mereceu de Bresser um canhão que foi bater até na já velhusca Zona Franca de Manaus.

Óra, as tais Zonas de Exportação, assim como outras idéias mobilizadoras dos interesses de grandes grupos nacionais e estrangeiros, têm aparecido (as que já apareceram, porque há mais) como se do ministro José Hugo Castello Branco, ou de Aníbal Teixeira ou de algum outro, mas são produtos do Planalto. Mais precisamente, do laboratório ali operado por Jorge Murad, pelo economista Miguel Ethel, pelo consultor Saulo Ramos e empresários que colaboram com o espírito empreendedor reinante no Planalto.

A Ferrovia Norte-Sul foi apenas a primeira amostra da ansiedade com que a equipe sarneysiana intenta iniciar, com a maior rapidez possível, o maior número de empreendimentos vultosos. E, naturalmente, vantajosos. Bresser, que chegara a expor ao próprio presidente sua oposição à Norte-Sul, mais tarde aderiu a esta obra de dois e meio bilhões de dólares iniciais. Mas não compreende o espírito de outros projetos, tão ou mais grandiosos. E por isto que está sob assédio.

A falta de oposição, é de gabinetes do próprio Planalto que têm saído notícias e documentos contra o Plano Bresser, além de estímulos a setores insatisfeitos.

A equipe do Planalto e os ministros que lhe são solidários confiam no mandato de cinco anos. Mas não pode, mesmo assim, perder tempo.



O relator da Sistematização, Bernardo Cabral, na porta de seu gabinete

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília



O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, de centro (segundo levantamento da Folha publicada no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro), decidiu, como relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, poder ainda mais os poderes do presidente da República, no texto de seu substitutivo, no capítulo referente ao Poder Executivo, cuja íntegra a Folha obteve ontem com exclusividade.

A nova versão — que deverá sofrer alterações insignificantes até ser submetida às emendas do plenário da Sistematização — retira do presidente a competência de "supervisionar a elaboração dos planos de governo e das propostas de orçamento".

Por coerência, o texto modifica, no capítulo das competências do primeiro-ministro, o item 2, que dizia originalmente: "Elaborar, sob supervisão do presidente da República, o programa de governo e apresentá-lo perante o Congresso Nacional". Agora, o trecho "sob supervisão do presidente da República" está suprimido. Com isso, reforçam-se os poderes do primeiro-ministro e se radicaliza, na direção do parlamentarismo, o sistema híbrido de governo que vai sair do Projeto Cabral.

Em compensação, a idéia do relator é a de incluir, nas disposições transitórias, um item que transfere a implantação do parlamentarismo para 1990, ou seja, para após as eleições presidenciais, na medida em que o Projeto Cabral prevê o pleito apenas para 1989, com cinco anos de mandato para Sarney, portanto.

Mas a idéia do relator esbarra na resistência de alguns dos principais parlamentares e assessores técnicos que estão trabalhando com Cabral no 24º andar do Banco do Brasil. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), de centro-esquerda, é contra, bem como o jurista Miguel Reale Júnior, assessor técnico de Ulysses Guimarães. Os dois entendem que não é possível colocar em vigência uma Constituição e adiar a implantação do seu coração (o sistema de governo) para dentro de pouco mais de dois anos.

Já Ulysses Guimarães e o PFL em bloco apresentam outro tipo de resistência: Ulysses, presidencialista histórico, teme que o mecanismo híbrido proposto seja gerador de crises.

Objetivo é manter os cinco anos para Sarney

MARCELO LEITE
Editor de Política

A proposta de adoção do regime de governo prescrito na futura Constituição somente em 1990, que estaria sendo patrocinada pelo relator Bernardo Cabral por sugestão de Carlos Sant'Anna, é mais uma intervenção de ordem conjuntural no processo constituinte. Curioso é que seja apresentada exatamente como o oposto, uma oportunidade de fugir de um cálculo político imediatista, desvinculando a questão da duração do mandato do presidente Sarney. Ora, quem não for ingênuo perceberá que, partindo de quem partiu, tal proposta só pode ter um objetivo: preservar o mandato presidencial, tal como o deseja Sarney, em sua extensão e abrangência. Mais ainda, a idéia representa um disparate constitucional. Se aprovada, no dia seguinte ao da promulgação da nova Carta o país viveria uma situação inconcebível: a vigência simultânea de duas Constituições — ao menos no que se refere ao capítulo do sistema de governo. A de 1969 valeria para o presidente José Sarney; a de 1987, para seus sucessores. Resta saber se governo e sociedade vão se dar ao trabalho de respeitar e fazer respeitar uma Constituição que se autoproclama semivigente.

Marco Maciel, presidente nacional do PFL, tem a mesma preocupação.

Por isso mesmo, reunido anteriormente com as bancadas federais pefelistas, Maciel fechou questão em torno da defesa do presidencialismo puro. Mas, se essa posição for derrotada, o PFL passará a trabalhar pelo parlamentarismo puro.

Também à esquerda, o parlamentarismo enfrenta duras críticas: o deputado Brandão Monteiro (RJ), 48, centro-esquerda, líder do PDT, diz que "a implantação do parlamentarismo, ainda mais com o voto distrital misto (também previsto no Projeto Cabral) é um acordo das elites extremamente casuístico para impedir que os partidos de oposição tenham acesso ao poder". O PT é igualmente presidencialista e vai atuar junto ao PDT e demais grupos de esquerda (PCB, PC do B e a esquerda peemedebista) para derrubar, em plenário, o parlamentarismo híbrido.

PFL entrega a Ulysses suas propostas para Constituição

Da Sucursal de Brasília

O PFL vai defender que a nova Constituição preveja uma reforma agrária que preserve as propriedades produtivas. Esta é uma das 23 propostas que o partido apresentou ontem, através de seu presidente, senador Marco Maciel (PE), ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte.

Essas propostas, mais oito pontos "extraconstitucionais" — como salário-mínimo (US\$ 100 dólares, no prazo de três anos) e dívida externa (limites para remessas líquidas anuais) —, estão sendo detalhadas pelo PFL, cujos líderes e vice-líderes se reunirão no domingo.

Pacto político

Na apresentação do documento, Maciel o define como uma "proposta de negociação de um pacto político pluripartidário". Apesar de relacionar os aspectos polêmicos em debate no Congresso constituinte, o documento omite a questão da duração do mandato presidencial.

Previdência é sistema viável, diz Passarinho

Da Sucursal de Brasília

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) criticou ontem à noite — durante sessão extraordinária do Congresso constituinte realizada para discutir a saúde e a previdência social — os governos de antes e depois de 1964 por não pagarem suas dívidas com a Previdência. Passarinho, ex-ministro da Previdência Social no governo João Baptista Figueiredo, disse que o sistema é viável, desde que não fique dependendo do governo.

O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) pediu a completa estatização da saúde. Já Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) disse que se a Previdência fosse menos burocrática e tivesse mais cuidado ao fazer convênios, não passaria pelos problemas atuais. A sessão extraordinária de ontem foi a última de uma série que discutiu temas específicos da futura Constituição. Ela foi a mais movimentada de todas as ocorridas na semana e obteve a maior frequência: 58 parlamentares.

'Conservadores' do PMDB elegem 4º o seu coordenador

Da Sucursal de Brasília

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE), centro-esquerda, deverá ser eleito na quarta-feira presidente do Conselho Consultivo do "Centro Democrático", facção do PMDB que reúne os parlamentares "conservadores" do partido. O presidente do Conselho será, na prática, o coordenador-geral do grupo. A eleição seria ontem, mas o grupo resolveu adiar a sugestão do deputado Del Bosco Amaral (SP), centro-esquerda, e dei-la para a semana que vem. O Conselho será formado por nomes indicados pelas bancadas estaduais do partido.

Seguindo a orientação do deputado Carlos Sant'Anna (BA), centro-esquerda, que continuará sendo o articulador informal do grupo, o "Centro Democrático" deve se subdividir em subcomissões e comissões temáticas para analisar o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e emendá-lo na Comissão de Sistematização.

Substitutivo é apresentado hoje aos líderes

Exatamente 201 dias depois de instalado o Congresso constituinte, a 1ª de fevereiro, o esboço básico da futura Constituição será apresentado hoje, a partir das 16h, às lideranças dos doze partidos representados no Parlamento, pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O trabalho de Cabral — que muito dificilmente estará integralmente concluído em tempo de ser apresentado em bloco, aos partidos — representa o máximo possível de consenso entre os diferentes grupos representados no Congresso constituinte, mas, como era óbvio, não pode evitar que, ao chegar a plenário, a partir de 20 de setembro, ocorram batalhas parlamentares em torno das questões mais polêmicas.

Avaliações

O senador Jarbas Passarinho (PA), 67, de centro-direita, presidente nacional do PDS, calcula que o consenso até agora obtido fecha cerca de 70% do texto constitucional, ficando os 30% restantes para a batalha em plenário.

A esquerda, entretanto, discorda dessa avaliação. O vice-líder do PT, José Genoíno (SP), 41, acha que o que houve foi apenas um "acordão" dos setores mais à direita, que "tirou o que havia de bom no texto original e deixou o pior ou o que havia de ruim". E o líder do PDT, Brandão Monteiro, ataca na mesma direção: "Estabeleceu-se uma política predominantemente do PMDB, que adotou posições pusilânimes".

Cientes, entretanto, de que são minoritários no Congresso constituinte, os grupos de esquerda (PDT, PT, PC do B, PCB e o "Movimento de Unidade Progressista", facção de esquerda do PMDB) estão montando uma tática de combate para as batalhas do plenário.

Variantes

Essa tática tem duas variantes, uma regimental e, a outra, política. A regimental será o pedido de "destaque" (votação em separado de itens de um determinado projeto) para todos os pontos de honra colocados pela esquerda. "Será uma forma de pressão para que nossas posições sejam ao menos parcialmente incorporadas ao texto da Comissão de Sistematização. Porque, se não o forem, serão necessários 280 votos para mudar o que sair dela e esse número não é fácil de conseguir", diz Genoíno.

A vertente política é enunciada por Brandão Monteiro: "Temos que denunciar à nação essa pusilanidade do PMDB. Até aqui, poupamos a figura do relator Bernardo Cabral, mas, doravante, vamos responsabilizá-lo e ao deputado Ulysses Guimarães".

Além das batalhas prometidas pela esquerda, restaram pontos que vão dividir os demais constituintes. Um deles certamente será a duração do mandato do presidente José Sarney. O outro, com toda a certeza, é o

AS FUTURAS BATALHAS NA CONSTITUINTE

Temas	Bloco à direita	Substitutivo	Bloco à esquerda
Anistia aos militares	Admite que os militares punidos a partir de 1964 tenham direito às promoções regulares que receberiam, se não tivessem sido punidos, mas não aceita a reintegração à tropa e nem que os soldados sejam pagos desde a punição até a reintegração. Os ministros militares entendem que as anistias já concedidas esgotam o assunto.	Originalmente, previa uma nova anistia, ampla, geral e irrestrita. A tendência, agora, entretanto, é aceitar a fórmula dos moderados.	Defende a reintegração à tropa e o pagamento de todos os vencimentos correspondentes às promoções que os punidos não tiveram exatamente em função das punições.
Mandato de Sarney	O PFL é maciçamente favorável aos cinco anos. No PDS, há uma maioria nessa mesma posição. Nos partidos menores, há divisões, mas a tendência majoritária é por cinco anos.	Incluirá os cinco anos nas disposições transitórias.	Todos os partidos à esquerda defendem os quatro anos. O PMDB está dividido.
Sistema de governo	O PFL rejeita fórmulas híbridas e quer prioritariamente o presidencialismo puro. Se não, fica com o parlamentarismo puro. No PDS, há divisões, mas seu presidente nacional, Jarbas Passarinho, parlamentarista por convicção, acha que não estão dadas as condições para a implantação do parlamentarismo no país.	Fórmula híbrida, com mais poderes ao primeiro-ministro do que ao presidente.	É majoritariamente presidencialista (especialmente PDT e PT). O PMDB, também nesse caso, está dividido.
Reforma agrária	O grupo mais à direita (UDR, por exemplo) tenta fechar os caminhos para qualquer reforma agrária, tendo como eixo da batalha a questão da imissão de posse, que só ocorreria após longo processo judicial. O PFL acha que a questão da reforma agrária já não é tão conflituosa e aceita os mecanismos de consenso encontrados pelos blocos suprapartidários, exigindo, entretanto, que o Judiciário sempre se manifeste antes da imissão de posse.	Deverá propor que a imissão de posse só se dê depois da manifestação do Judiciário, que teria noventa dias para examinar cada caso de desapropriação.	O PT e o PC do B defendem imediata imissão de posse das terras desapropriadas para fins de reforma agrária. O PDT acha que o Projeto Cabral não prevê "instrumentos eficazes" para a reforma agrária.
Voto distrital	Não há posições claramente definidas pelos partidos, mas posturas individuais. A tendência majoritária é pelo voto distrital misto.	Propõe o sistema alemão de voto distrital misto. Metade da representação parlamentar é eleita pelo voto nominal, em cada distrito, e, a outra metade, pela votação no partido, que apresenta uma lista de candidatos em ordem de preferência. Se o partido tiver direito a dez cadeiras, os dez primeiros da lista vão para o parlamento.	É totalmente favorável ao voto proporcional tal como existe hoje, ou seja, os eleitores votam no candidato em todo o Estado e não apenas em um distrito específico.
Trabalhismo	Rejeita, virtualmente em bloco, a estabilidade no emprego e as quarenta horas semanais de trabalho. Rejeita, igualmente, o direito de greve para trabalhadores dos setores essenciais da economia, privados ou estatais.	Derrubará a estabilidade, trocando-a por punições às "demissões imotivadas ou arbitrárias". Derrubará também as quarenta horas e dará o direito de greve a todos, desde que, nos setores essenciais, o serviço não seja interrompido.	Defende as quarenta horas, a estabilidade no emprego e o direito geral e irrestrito de greve.

sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo).

Até Bernardo Cabral concorda em que mandato e sistema de governo não serão objeto de consenso.

Lista ampla

A lista é, entretanto, mais ampla: em reunião realizada anteriormente, as bancadas do PFL na Câmara e no Senado citaram, também, a reforma agrária e a anistia para os militares. O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, concorda em que não haverá entendimento prévio sobre esses temas.

Mas o PFL imagina que a vincula-

ção ou não de um percentual fixo do orçamento federal para a Educação será também objeto de discussão em plenário.

Genoíno promete reabrir o debate em torno de questões que pareciam fechadas pelo consenso: a estabilidade no emprego, as 40 horas semanais de trabalho e o direito de greve para os trabalhadores nos setores essenciais da economia.

Brandão Monteiro estica a lista das batalhas, para incluir nela a ordem econômica. Passarinho também acha que a definição do que é empresa nacional ainda não chegou a consolidar um consenso.

Parte dessas divergências aflorará hoje mesmo, durante a reunião entre Cabral e as lideranças partidárias. Mas o quadro só ficará mais claro a partir de domingo, dia 23, prazo-limite para Cabral apresentar o seu substitutivo.

Aí, virão oito dias para a apresentação de emendas dos parlamentares ao plenário da Comissão de Sistematização. De posse delas, a Comissão elabora novo substitutivo que, a partir do dia 20 de setembro, irá ao plenário do Congresso constituinte — e, aí sim, terá início a grande e decisiva batalha final. (CR)

Agendas

Executivo

Presidente
9h
Ministro-chefe do SNI
9h40
Ministro-chefe do Gabinete Militar
10h20
Ministro-chefe do Gabinete Civil

Governador
10h

Prefeito
Não foi fornecida

Reunião na Secretaria da Agricultura
15h
David Rowe-Ham, prefeito de Londres

Legislativo
14h30
Reunião do plenário

Constituinte